



Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
Rua Major Ávila, 358 - Tijuca / CEP. 20511-900 Rio de Janeiro / RJ Brasil
Central de Atendimento 1746 - Teleatendimento ao empregado: 3978-9900
www.rio.rj.gov.br/comlurb



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 149/2016

1. INTRODUÇÃO

1.1. A **COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB**, com sede na Rua Major Ávila, 358, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO**, para a prestação de serviços de **CONTRATAÇÃO DE ENLACES DE DADOS (CIRCUITO DE DADOS)**, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e em seus **Anexos: I - Minuta de Contrato; II - Termo de Referência; III - Proposta de Preços; IX - Estimativa Orçamentária; X - Especificação Técnica**, partes integrantes deste Edital.

1.2. O Pregão objeto do presente edital e a adjudicação dele decorrente regem-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Municipal n.º 30.538/2009, Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), Decreto Municipal n.º 31.349/2009, e, no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/93, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei Municipal n.º 207/80, ratificada pela Lei Complementar Municipal n.º 1/90, pelo Regulamento Geral do Código retro citado (RGCAF) aprovado pelo Decreto Municipal n.º 3.221/81, pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelas disposições constantes deste Edital e seus anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitar incondicional e irrestritamente.

1.3. O pregão a que se refere o presente edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

1.4. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa na Comissão de Licitação, situada na Rua Major Ávila, 358 – Tijuca, mediante a entrega de uma resma de 500 (quinhentas) folhas de papel para cópia eletro estática, formato A4, gramatura 75g/m², referente à reprodução gráfica do Edital e seus Anexos.

1.5. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos por escrito, em até **3 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação (v. item 3.1)**, no endereço eletrônico (licitacao_comlurb@rio.rj.gov.br); As respostas serão respondidas pelo mesmo e-mail e publicadas no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

1.6. Os interessados poderão apresentar impugnações acerca do objeto deste edital, por escrito, em até **2 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação (v. item 3.1)**, no endereço eletrônico (licitacao_comlurb@rio.rj.gov.br);

1.7. Caberá ao Pregoeiro e sua equipe de apoio responder às impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelas potenciais licitantes antes da realização da sessão, mediante a publicação da resposta no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, até o dia útil anterior ao da realização da sessão pública.

1.8. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas da mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital e no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, sendo comunicadas às adquirentes do edital e reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para o início da sessão, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.9. A entrega de documentos relacionados a este certame deverá ser realizada exclusivamente na Comissão de Licitação da **COMLURB**, situada na Rua Major Ávila, 358 – térreo, Tijuca, no horário de 9:00 às 16:00h.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. A autorização para realização do presente certame foi concedida na 2045ª reunião de Diretoria da **COMLURB**, que se encontra à(s) fl(s). 63 do Processo Administrativo nº 01/501.360/2016.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1. No dia 25 de abril de 2016, às 14:00h (horário de Brasília), o Pregoeiro iniciará a sessão pública no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

3.2. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será publicado novo aviso de licitação indicando a nova data, horário e sítio eletrônico da sessão de pregão.

4. OBJETO DA LICITAÇÃO

4.1. Prestação de serviços de **CONTRATAÇÃO DE ENLACES DE DADOS (CIRCUITO DE DADOS)**, devidamente descrito(s), caracterizado(s) e especificado(s) neste Edital e em seus Anexos: I - Minuta de Contrato; II – Termo de Referência; III – Proposta de Preços; IX – Estimativa Orçamentária; X – Especificação Técnica, partes integrantes deste Edital.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários à contratação do(s) objeto(s) ora licitado(s) correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: 43.51.15.126.0385.4765

CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.90.39.72

FONTE DE RECURSO: 100

5.2. A estimativa prevista é de R\$ 551.815,20 (quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quinze reais e vinte centavos), conforme Anexo IX – Estimativa Orçamentária.

6. TIPO DE LICITAÇÃO

6.1. O presente Pregão Eletrônico é do tipo **MENOR PREÇO**.

7. PRAZOS

7.1. Na contagem dos prazos é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos são corridos, salvo disposição em contrário, e somente iniciam-se e vencem em dias de expediente na **COMLURB**.

7.2. O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro)** meses, contados da data de sua assinatura.

7.2.1. O prazo do item 7.2 poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, ou alterado, na forma do artigo 65, ambos da Lei nº 8.666/93.

7.3. O início da prestação dos serviços que são objeto do presente certame deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no(a) documento de autorização de início dos serviços a ser expedido(a) pelo setor competente da **COMLURB** em conformidade com o previsto no **Anexo II** (Termo de Referência).

8. VALIDADE DAS PROPOSTAS

8.1. O prazo de validade das propostas será de **60 (sessenta) dias** a contar da data da realização da licitação.

8.2. Decorrido o prazo consignado no item 8.1 sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Somente poderão participar deste pregão eletrônico as licitantes que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que se encontrem devidamente cadastradas e certificadas junto ao Provedor do Sistema (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) por meio do acesso ao endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, em até 3 (três) dias úteis antes da data prevista no item 3.1.

9.1.1. Após o prazo definido no item 9.1 não mais será admitido o credenciamento para a participação neste Pregão Eletrônico.

9.1.2. A participação no certame está condicionada a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação e que conhece e aceita as condições do edital e o regulamento do sistema.

9.2. Não serão admitidas neste Pregão as empresas com o direito de licitar suspenso, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas, pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal; bem como as que estiverem em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, em face do disposto no art. 418 do RGCAF.

9.3. Não será permitida a participação de empresas sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

9.4. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias

anteriores à data de divulgação deste Edital, em consonância com o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

9.5. Não será permitida a participação de licitantes que tenham contribuído, de qualquer forma, para a elaboração do Termo de Referência, bem como de licitantes cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha participado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

9.6. Não será permitida a participação em consórcio.

9.7. A empresa vencedora poderá realizar operações de transformação societária, fusão, cisão e incorporação até a aceitação definitiva dos serviços, desde que submeta tal pedido à aprovação da **COMLURB** com antecedência de 30 (trinta) dias, para verificação de suas implicações com o objeto do certame, sem prejuízo da necessária aprovação dos órgãos competentes.

9.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas, em razão da natureza do objeto do presente certame.

10. CREDENCIAMENTO

10.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, publicado no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

10.1.1. O credenciamento depende, conforme normas contidas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, de registro cadastral atualizado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Habilitação Parcial).

10.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, conforme previsto no **item 9**.

10.1.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

10.1.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10.2. A validação do credenciamento dar-se-á quando a empresa informar o seu CPF/CNPJ, senha de acesso e receber *e-mail* confirmando o credenciamento.

10.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao pregão eletrônico.

10.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.5. Cada representante credenciado poderá atuar em favor de apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

10.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao presente certame.

11. DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

11.1. Ocorrendo a situação de empate, na forma prevista no **item 14.5** deste Edital, as empresas que declararam enquadrar-se no art. 3º da Lei Complementar Federal nº123/2006, obedecida a ordem de classificação, deverão aguardar o agendamento do exercício do direito de preferência pelo Pregoeiro, ocasião em que receberão *e-mail* do sistema, informando data e hora para exercer este direito.

11.2. Após o exercício do direito de preferência, a licitante deverá manter-se conectada ao sistema para negociação no pregão.

12. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

12.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no site do Portal do Governo Federal no endereço <http://www.comprasnet.gov.br>, até o dia e horário previstos no item 3.1, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

12.2. Nos preços propostos deverão estar incluídos além do lucro, todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus, despesas diretas ou indiretas que, porventura, possam recair sobre o objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente, da ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

12.3. Os preços propostos devem considerar, a qualquer título, a única e completa base de remuneração para o adequado e perfeito cumprimento do objeto da licitação, constituindo obrigação da ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto contratado, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação.

12.4. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer alternativa de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital.

12.5. Anexo à proposta de preços, as licitantes deverão apresentar declaração informando seu enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definição da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, fazendo uso do modelo do **Anexo IV** deste edital. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 31.349/2009, salvo se a própria licitante desistir de sua participação no certame, na sessão pública de abertura da licitação, retirando seus envelopes.

12.6. A proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados deverá ser entregue no prazo previsto no **item 15.1** e deverá ser elaborada em consonância com o modelo do **Anexo III** deste edital, podendo a licitante apresentar suas propostas nos próprios formulários fornecidos ou em cópia literal do respectivo modelo, em papel timbrado da empresa.

12.6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em documento original e, se houver solicitação da **COMLURB**, também em meio magnético ou digital (DVD-ROM, CD-ROM, disquete, etc.).

13. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. No dia e horário previstos no **item 3.1** o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória em ordem crescente de preços.

13.2. Após a análise das propostas comerciais será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

13.3. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

13.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

13.4.1. Os descontos oferecidos pelas licitantes sobre o preço original da proposta apresentada incidirão de forma linear sobre cada item que compõe o custo do objeto litado.

13.5. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública do presente certame.

13.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no **item 21** deste edital.

13.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação da detentora do lance.

13.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

13.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por intermédio de mensagem eletrônica (*e-mail*) divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

13.11. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.12. Caso não sejam apresentados lances, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte (**item 14.3**), será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação. Ocorrendo empate entre

propostas, far-se-á o desempate por ordem de cadastramento da proposta no sistema, ou seja, a empresa que cadastrar primeiro sua proposta no sistema terá preferência quando houver situação de empate.

14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. O julgamento obedecerá ao critério de menor preço global, sendo considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na **Estimativa Orçamentária (Anexo IX)**.

14.2. O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.3. Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

14.3.1. Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

14.3.2. Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito;

c) Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio automático pelo sistema entre estas de modo a se identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.3.3. Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante originalmente vencedora do certame.

14.4. Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante melhor classificada para que seja obtido preço melhor, observado o critério de julgamento (**item 14.1**) e não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

14.5. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação do atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor preço, por meio de consulta *on line* ao SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 15 deste edital;

b) Caso os dados e informações existentes no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 15 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consulta ao meio eletrônico que julgar mais adequado;

b.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar no sistema eletrônico para a apresentação da documentação de habilitação ou para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e a hora em que a sessão será reaberta;

d) A COMLURB não responsabilizar-se-á pela eventual indisponibilidade de meios e equipamentos eletrônicos no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista na alínea “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

14.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

14.7. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, a qual estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos e anexos exigidos neste edital, que deverão estar dentro do prazo de validade na data da sessão de lances, (ou na data de convocação do licitante, nos casos em que esta não ocorrer na mesma data indicada no item 3.1), bem como a proposta de preços readequada em função do menor preço ofertado, deverão ser entregues, pela licitante vencedora, diretamente na Comissão de Licitação (Rua Major Ávila, nº 358 – térreo, Tijuca, RJ) em envelope lacrado e dirigido à Comissão de Licitação, fazendo referência (como remetente) à denominação ou razão social da empresa e o seu endereço completo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, em envelope lacrado, identificado no campo reservado ao destinatário da seguinte forma:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **149/2016**

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - **COMLURB**

RUA MAJOR ÁVILA, 358 - TÉRREO

TIJUCA – RIO DE JANEIRO / RJ

CEP: 20.511-900

Nota: Caso haja necessidade de autenticação de cópias por empregados da **COMLURB**, após essa providência, deverá ser providenciada a apresentação da documentação de habilitação na forma prevista no **item 15.1**

15.2. A licitante detentora da oferta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

(a) - Documentação relativa à habilitação jurídica;

(b) - Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

(c) - Documentação relativa à regularidade fiscal;

(d) - Documentação relativa à regularidade trabalhista;

(e) - Documentação relativa à qualificação técnica.

15.2.1. A Empresa licitante que participar do certame por meio de sua FILIAL deverá apresentar todos os documentos da sede conforme solicitados no Edital e também da respectiva Filial.

15.2.2. Não será aceito como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem substituir os documentos exigidos.

(A) - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

(A.2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente consolidado (ou acompanhado de todas as alterações societárias) em suas cláusulas, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício e arquivado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias.

(A.2.1) Em se tratando de sociedades simples, o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da prova da composição da diretoria em exercício, inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

(A.2.2) Na hipótese do artigo 1.060 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406/2002), que permite a designação de administrador ou administradores em ato separado do Contrato Social, a prova da sua investidura mediante termo de posse no livro de Atas da administração e averbação no registro competente (Junta Comercial para sociedade empresária ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas - RCPJ para sociedade simples).

(A.2.3) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas de sua administração.

(A.3) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.4) As licitantes que se declararem como enquadradas na condição de microempresa ou como empresa de pequeno porte, nos termos da LC nº 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão ou documento específico expedido pela Junta Comercial de seu domicílio.

(B) - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no art. 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

(B.1.a) São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

- Publicado em Diário Oficial; ou,
- Publicado em jornal; ou,
- Por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou,
- Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou,
- Por cópia ou fotocópia do Livro Diário Digital, enviado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, juntamente com o Termo de Autenticação registrado pela Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante.

(B.1.b) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que **1 (um)**. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável à Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

ILG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

(B.2) A licitante que não alcançar o índice acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no art. 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração emitida pelo foro de sua sede indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

(B.3.2) Não serão aceitas certidões com validade expirada ou aquelas expedidas a mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Pregão, salvo quando houver a indicação de prazo superior na própria certidão.

(C) - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao CNPJ da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao objeto deste Pregão.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
(C.3.b) *Prova de Regularidade do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS), de acordo com o objeto social da licitante e referido, respectivamente, ao Estado e ao Município de domicílio da licitante. No que se refere ao Estado do Rio de Janeiro, a certidão referente à existência ou não de débito do ICMS deverá ser apresentada juntamente com a Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, conforme preceitua a Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/04;*

(C.3.c) Certidão de Regularidade Fiscal Imobiliária (IPTU), observando-se as seguintes condições:

I – Empresas sediadas no município do Rio de Janeiro:

I.a – Se proprietárias - deverão apresentar a Certidão de Regularidade Fiscal Imobiliária (IPTU) e Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro, relativa ao imóvel onde se encontra instalada a sua sede;

I.b – Se não proprietárias – deverão apresentar declaração própria, atestando não serem proprietárias do imóvel onde se localiza sua sede, além de Certidões do 5º e 6º Distribuidores;

I.c – No caso de empresas com **FILIAL, ESCRITÓRIO OU QUALQUER OUTRO IMÓVEL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, deverão também apresentar certidão de regularidade com o IPTU e Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro, relativa ao imóvel, seja filial ou não. **Não sendo proprietárias deste imóvel**, deverão apresentar declaração própria, atestando não serem proprietárias do imóvel, seja filial ou não, além de Certidões do 5º e 6º Distribuidores.

II – Empresas SEDIADAS em OUTROS municípios:

II.a – Se Proprietárias - deverão apresentar Certidão de Regularidade da Secretaria de Fazenda de sua sede ou órgão equivalente, relativa ao imóvel onde se encontra instalada a sua sede;

II.b – Se não Proprietárias - deverão apresentar declaração própria, atestando não serem proprietárias do imóvel onde se localiza sua sede;

II.c – No caso de empresas **proprietárias de FILIAL, ESCRITÓRIO OU QUALQUER OUTRO IMÓVEL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, deverão também apresentar certidão de regularidade com o IPTU e Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro, relativa ao imóvel, seja filial ou não. **Não sendo proprietárias deste imóvel**, deverão apresentar declaração própria, atestando não serem proprietárias do imóvel, seja filial ou não, além de Certidões do 5º e 6º Distribuidores.

(C.4) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

(C.5) Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, toda a documentação de comprovação de regularidade fiscal exigida deverá ser apresentada, mesmo que contenha alguma restrição.

(C.5.1) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que seja declarada vencedora do certame para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito de negativas.

(C.5.2) O prazo acima será prorrogado por igual período, sempre que houver solicitação da licitante, salvo quando existir urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

(C.5.3) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à **COMLURB** convocar os licitantes remanescentes, na forma do **item 19.3**, ou revogar a licitação.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA.

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em relação ao trabalho de menores que deverá ser emitida pela Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 18.345/2000, ou declaração firmada pela licitante, na forma prevista no Anexo do Decreto Municipal nº 23.445/2003, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei. Para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde tiverem Sede ou domicílio.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

(D.3) Declaração formal de que atende às disposições do Decreto Municipal nº 19.381/2001 (*Dispõe sobre Normas Éticas de Conduta, destinadas aos servidores ocupantes de Cargos em Comissão ou Cargos de Confiança dos 1º e 2º Escalões, no âmbito do Poder Executivo Municipal*), na forma do **Anexo VIII**.

(E) - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) – Documentação com a qualificação/licenciamento da contratada para fornecimento e operação do meio de transmissão de dados ofertado, conforme item 2.3 do anexo II (Termo de Referência);

(E.2) Garantias de atendimento (Infraestrutura, Capacidade e Comprometimento) pela licitante (futura contratada) à taxa de transmissão solicitada, conforme determinado/requisitado nos itens 2.1.1 e 2.1.3 do anexo II (Termo de Referência);

(E.3) Garantias de atendimento/comprometimento com os índices/valores de desempenho e qualidade, praticados por operadoras de serviços de telecomunicações, conforme apresentado e solicitado no item 5.33 do anexo X (Especificação Técnica).

15.3. Os documentos necessários à habilitação da licitante farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação destes na forma do Decreto Municipal nº 2.477/80, bem como do art. 32 da Lei nº 8.666/93, com exceção da proposta de preço e declarações firmadas pela licitante, que só serão aceitas no original.

15.4. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios e, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15.5. A **COMLURB**, a seu exclusivo critério, poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes a apresentação de informações e de esclarecimentos dos documentos de habilitação apresentados, fixando para isso, o prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis. O não atendimento ao estabelecido neste item implicará na inabilitação da licitante faltosa.

15.6. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Diretor-Presidente da **COMLURB**, na hipótese de existência de recursos, observando-se o disposto no **item 16.5**.

15.7. Se a licitante desatender quaisquer das exigências previstas no **item 15**, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

16. RECURSOS

16.1. Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo de até 30 (trinta) minutos.

16.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recurso, havendo irrevogação de qualquer um dos interessados, ficando facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contra-razões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.2.1. A apresentação de recursos e contra-razões deverá ser realizada, única e exclusivamente, por meio do sistema eletrônico em campo próprio.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, observando-se o disposto no **item 1.9**, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

17. DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

17.1. As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

17.2. Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

17.2.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

17.3. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

17.3.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

18. GARANTIA

18.1. A licitante vencedora, quando convocada para celebração do contrato, prestará garantia de **2% (dois por cento)** do valor de sua proposta, como determina o art. 457 do RGCAF, em uma das modalidades previstas no art. 445 do RGCAF e no art. 56, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.1. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas mesmas modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.2. Caso a licitante vencedora escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas. No caso de fiança bancária, deverá ser observado o teor do Decreto Municipal nº 26.244/06 com as adequações aplicáveis à COMLURB.

18.2. Se no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da ciência da CONTRATADA, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia mediante despacho regular da autoridade contratante, podendo a CONTRATADA requerer que o pagamento da multa seja efetuado no ato do recebimento da fatura.

18.3. A garantia contratual prestada pela licitante vencedora somente será restituída após o integral e satisfatório cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da licitante.

19. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

19.1. Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pelo Diretor-Presidente da **COMLURB**. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Diretor-Presidente da **COMLURB** adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

19.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Diretor-Presidente da **COMLURB**, será a licitante vencedora convocada no prazo determinado em comunicação formal a ser expedida pela **COMLURB**, para assinatura do contrato, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do representante legal da empresa, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração (por instrumento público ou particular com firma reconhecida) e da via original do documento de identidade e CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo.

19.3. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o contrato no prazo assinalado, poderá a **COMLURB**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

19.4. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Pregão, na assinatura do Contrato ou na retirada da Nota de Empenho, conforme o caso.

19.5. A ADJUDICATÁRIA será responsável, na forma do Contrato e/ou das especificações do serviço, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) **DAF / FGI – Gerência de Tecnologia da Informação**. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do(s) serviço(s) e na substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas nos anexos que integram este edital, sem que isso acarrete qualquer ônus para a **COMLURB** ou releve a ADJUDICATÁRIA das sanções previstas na legislação.

19.6 A ADJUDICATÁRIA será também responsável, na forma do Contrato e/ou das especificações do serviço, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos extraordinários ou noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

19.7. A ADJUDICATÁRIA deverá, quando da assinatura do Contrato, apresentar relação nominal de seus empregados de cor negra, do sexo feminino e portadores de deficiência (quando couber), com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto no Decreto Municipal nº 21.083/02 (*Dispõe sobre requisitos para contratação de serviços terceirizados*), na Lei nº 2.816/99 (*Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra ao Município*) e no Decreto Municipal nº 17.907/99 (*Regulamenta a Lei nº 2.816, de 15 de junho de 1999*).

19.8. As empresas contratadas para a prestação de serviços nas áreas de conservação e construção civil ficam obrigadas a reservar no mínimo cinco por cento de suas vagas para admissão de detentos em cumprimento de pena no regime semi-aberto, nos termos da Lei nº 5.496/2012. As empresas que ao final da obra ou serviço não comprovarem o cumprimento da obrigatoriedade prevista no art. 1º ficarão impedidas de contratarem com a Prefeitura pelo prazo de um ano.

19.9. O ato de recebimento do objeto da licitação não implica na sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade do serviço prestado.

19.10. Os motivos de força maior que, a juízo da **COMLURB**, possam justificar a suspensão da contagem de prazo, com a prorrogação do contrato, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão considerados quaisquer pedidos de suspensão da contagem de prazo baseados em ocorrências não aceitas pela Fiscalização ou apresentados intempestivamente.

19.11. A fiscalização quanto à prestação dos serviços caberá à **DAF / FGI – Gerência de Tecnologia da Informação**. A ADJUDICATÁRIA submeter-se-á a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela **COMLURB** e/ou por seus prepostos, não eximem a ADJUDICATÁRIA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. Para efeito de pagamento, prevalece a oferta obtida na data da licitação, observando-se a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, obedecido o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

20.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, devidamente atestada pelo setor competente, devendo efetivar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação do documento de cobrança com o atesto retro-citado, mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA.

20.3. Em caso de atraso no pagamento, o débito será acrescido da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada “*pro rata die*” entre o 31º dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

20.4. Em caso de antecipação de pagamento, seu valor será descontado pela aplicação da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada “*pro rata die*” entre a data do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Sem prejuízo da indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil, a **COMLURB** poderá impor à licitante, ADJUDICATÁRIA ou CONTRATADA, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, no Decreto Municipal nº 30.538/2009 e no art. 589 do RGCAF, garantida a prévia defesa:

21.1.1. Advertência;

21.1.2. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia útil quando verificado atraso no cumprimento da obrigação assumida, calculada sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, ou se for o caso, do respectivo saldo não atendido;

21.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, aplicada de acordo com a gravidade da infração;

21.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

21.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.2. As sanções previstas no item **21.1** podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, garantida defesa prévia ao interessado, no respectivo processo.

21.3. A aplicação das sanções estabelecidas no subitem **21.1.5** é da competência do Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

21.4. As sanções previstas nos subitens **21.1.4** e **21.1.5** poderão também ser aplicadas às licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

21.4.1. Sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

21.4.2. Praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

21.4.3. Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

21.5. As multas deverão ser recolhidas junto à Gerência Financeira da **COMLURB**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da ciência do interessado ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D. O. RIO do ato que as impuser, nos termos do artigo 595 do RGCAF.

21.6. Se, no prazo previsto no item anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto na garantia prestada, se caução em dinheiro e quando tiver sido exigida, mediante despacho regular da autoridade competente da **COMLURB**.

21.6.1. Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da caução (quando exigida), o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

21.6.2. O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a CONTRATADA.

21.7. As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a ADJUDICATÁRIA ou CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, conforme previsto no art. 589, *caput*, do RGCAF.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta licitação e adjudicação dela decorrente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.2. Caberá à ADJUDICATÁRIA inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados e prepostos.

23.3. Na execução dos serviços contratados deverão ser observadas, rigorosamente, as especificações contidas no **Termo de Referência (Anexo II)**. Quando necessários, os ensaios, testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais, para a verificação da boa execução do objeto da presente licitação, correrão à conta da licitante.

23.4. Em atendimento ao disposto no art. 3º, II, do Decreto Municipal nº 31.587/2009, fica reservado à COMLURB o direito de renegociar os preços decorrentes do presente certame quando estiverem acima dos valores que venham a ser registrados em Atas de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Administração (SMA). Na hipótese de não se obter a redução dos preços de forma a compatibilizá-los com os valores registrados pela SMA, poderá a contratação ser rescindida unilateralmente, a critério exclusivo da COMLURB, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito à indenização.

23.5. Somente ocorrerá reajuste do preço contratado a cada período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato, e com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E), publicado pelo IBGE, tudo na forma do Decreto Municipal nº 19.810, de 23/04/01, alterado pelo Decreto nº 25.240/2005 ou de acordo com a legislação municipal vigente à época do reajuste.

23.5.1. O reajuste será calculado por meio da seguinte fórmula:

$R = Po \times [(I - Io) / Io]$, onde:

R = valor do reajuste;

I = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

23.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

23.7. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa.

23.8. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

Anexo I	Minuta de Contrato;
Anexo II	Termo de Referência;
Anexo III	Proposta de Preço;
Anexo IV	Modelo de declaração de ME e EPP – L.C. nº 123/06;
Anexo V	Modelo de declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
Anexo VI	Modelo de declaração de não proprietário - Imóvel
Anexo VII	Modelo de declaração de Ilícitos Trabalhistas;
Anexo VIII	Modelo da declaração, conforme Decreto Municipal nº 19.381/2001;
Anexo IX	Estimativa Orçamentária;
Anexo X	Especificação Técnica.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2016.

Vanessa Rodrigues de França
Pregoeira - **COMLURB**

Luciano Moreira Santos
Diretor-Presidente – **COMLURB**

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Termo de contrato celebrado entre a
**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA
URBANA - COMLURB** e a

_____ para
prestação de serviços na forma abaixo.

A **COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB**, situada na Rua Major Ávila nº 358, Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.124.693/0001-74, inscrição municipal n.º 01.050.966, doravante denominada **COMLURB**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **LUCIANO MOREIRA SANTOS** e por seu Diretor de Administração e Finanças **PEDRO DE VASCONCELOS TORRES DANTAS** e a _____ (**razão social ou denominação da CONTRATADA**), com sede na _____, na Rua _____ n.º _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, inscrição municipal n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu _____ (**descrever função do representante legal**), _____ (**nome completo do representante legal**), titular da carteira de identidade n.º _____ (**.....órgão expedidor.....**), inscrito no CPF sob o n.º _____, têm justo e acordado o presente contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do Pregão Eletrônico nº ____/____ (processo administrativo nº ____/____.____/____), homologado por ato do Diretor-Presidente e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. - RIO em _____, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 30.538/2009, Leis Complementares nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, no que couber, pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei Municipal nº 207/80, ratificada pela Lei Complementar Municipal nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código retro citado (RGCAF) aprovado pelo Decreto nº 3.221/81, pela Lei nº 2.816/99 e pelos Decretos nº 17.907/99 e nº 21.083/2002, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições constantes do Edital e seus anexos, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas disposições deste contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de enlaces de dados (circuito de dados), devidamente descrito, caracterizado e especificados no Termo de Referência e na Especificação Técnica (**Anexos** ____ do Edital de Pregão Eletrônico nº ____).

Parágrafo único – O objeto do contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidas no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no termo de referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pela **COMLURB**.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

O valor total do presente contrato é de _____ (_____), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____), tendo sido emitida a Nota de Empenho nº _____ no valor de R\$ _____ (_____. As despesas previstas neste instrumento para o presente exercício correrão à conta do Programa de Trabalho nº _____, Elemento de Despesa nº _____, correndo as despesas dos exercícios seguintes à conta dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

Somente ocorrerá reajuste do preço contratado a cada período de 24 (vinte e quatro) meses, da data de assinatura do Contrato, e com base na variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E), publicado pelo IBGE, de acordo com a legislação municipal vigente.

Parágrafo único - O reajuste será calculado por meio da seguinte fórmula:

$R = Po [(I-Io)/Io]$, onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de assinatura.

Parágrafo único - O prazo de vigência poderá ser prorrogado ou alterado, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à **CONTRATADA**, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, por meio de crédito em conta bancária da **CONTRATADA** e em até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo do documento de cobrança devidamente atestado pelo setor competente da **COMLURB**.

Parágrafo primeiro - Para fins de medição (se for o caso) e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo - O pagamento à **CONTRATADA** será realizado em razão do serviço efetivamente prestado e aceito no período-base mencionado no parágrafo anterior, sem que a **COMLURB** esteja obrigada a pagar o valor total do contrato.

Parágrafo terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e após, protocolado na Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB**.

Parágrafo quarto - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à **CONTRATADA** para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo quinto - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB** e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo sexto - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB**.

Parágrafo sétimo - A **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e do INSS de todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA

A **CONTRATADA** prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ (_____) equivalente a 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme o art. 445 do RGCAF.

Parágrafo primeiro - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Parágrafo segundo – Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a **COMLURB** recorrerá à garantia para ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados pela **CONTRATADA** no descumprimento de suas obrigações, ou na má execução ou inexecução do contrato, podendo ainda reter créditos para reparar esses prejuízos.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização da execução dos serviços caberá à Gerência de Tecnologia da Informação (FGI) por meio de comissões formadas por, no mínimo, três servidores cuja capacitação os habilite verificar o eficiente cumprimento do objeto do contrato, nos termos do art. 6º do Decreto nº 34.012/11. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo primeiro - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **COMLURB**, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo segundo - Compete à **CONTRATADA** fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo terceiro - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a **COMLURB**, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará em corresponsabilidade da **COMLURB** ou de seus prepostos.

Parágrafo quarto - A **CONTRATADA** se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da **COMLURB** acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- Entregar o objeto do contrato de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Especificação Técnica (Anexos _____ do edital de Pregão Eletrônico nº _____) sem quaisquer ônus para a **COMLURB**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- Tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da entrega dos materiais. Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas;
- Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à **COMLURB** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores;
- Atender as determinações e exigências formuladas pela **COMLURB**;

e) Substituir, por sua conta e responsabilidade, os materiais recusados pela Fiscalização da **COMLURB**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem que isso acarrete qualquer ônus para a **COMLURB** ou a releve das sanções previstas na legislação vigente;

f) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à satisfatória e integral execução do contrato;

f.1) A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas relacionados aos seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;

f.2) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da **CONTRATADA** ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela **CONTRATADA**, com a inclusão da **COMLURB** ou do Município do Rio de Janeiro no pólo passivo como responsável subsidiário, a **COMLURB** poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

f.3) A retenção prevista na alínea “f.2” será realizada na data do conhecimento pela **COMLURB** ou pelo Município do Rio de Janeiro da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários;

f.4) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela **CONTRATADA**;

f.5) Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na alínea “f.4”, a **COMLURB** efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**;

f.6) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida;

g) Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à contratação do pessoal a ser empregado na entrega do objeto contratado e descrito no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA COMLURB

São obrigações da **COMLURB**:

I – realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste contrato;

II – realizar a fiscalização dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste contrato se dará mediante a avaliação da Comissão de Fiscalização prevista na cláusula oitava, que constatará se os serviços atendem a todas as especificações contidas no Edital que ensejou a presente contratação.

Parágrafo primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a **CONTRATADA** deverá reexecutar as os serviços não aceitos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da **COMLURB** a partir da data da efetiva aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir as etapas e o prazo do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado à **COMLURB** suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e garantida a defesa prévia, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do saldo não atendido do contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão administrativa (art. 530, III, RGCAF);
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo primeiro - As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” desta cláusula podem cumular-se com eventuais multas e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

Parágrafo segundo - As multas deverão ser recolhidas junto à Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB** no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D. O. RIO do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá, também, conhecimento, na conformidade do art. 595 do RGCAF.

Parágrafo terceiro – Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo quarto – O valor da multa aplicada também poderá ser compensado com eventuais créditos devidos à **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto – A **COMLURB** poderá suspender, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à **CONTRATADA** até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

Parágrafo sexto – As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo sétimo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto no prazo estabelecido pela **COMLURB**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo oitavo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “b” a “d” do *caput* é da competência do Diretor responsável pela fiscalização dos serviços e a da alínea “e” é da competência exclusiva do Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECURSOS

Contra as decisões que resultarem penalidade, a **CONTRATADA** poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação de qualquer penalidade, exceto na hipótese prevista na **alínea "e"** da Cláusula Décima Nona, em que o prazo será de 10 (dez) dias úteis;
- b) Recurso hierárquico a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO

A **COMLURB** poderá rescindir administrativamente o contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529 do RGCAF e no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no D.O. RIO.

Parágrafo segundo - Rescindido o contrato, a Administração assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de rescisão, a **CONTRATADA**, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo quarto - A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pela **COMLURB**.

Parágrafo quinto – A **COMLURB** ressarcirá os prejuízos comprovadamente sofridos, nos casos de rescisão sem culpa da **CONTRATADA**, promovendo ainda:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja.

Parágrafo sexto – Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas aos serviços medidos e aceitos até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da **COMLURB** e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo primeiro - Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

Parágrafo segundo - A subcontratada será solidariamente responsável com a **CONTRATADA** por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

A **COMLURB** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93, a expensas da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A **COMLURB** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município observando os termos da Deliberação TCM nº 219/15.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do contrato.

b) Em caso de divergência entre as disposições do edital (e seus anexos) e do contrato, prevalecerão as do presente instrumento.

c) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução dos serviços objeto deste Contrato, correm à conta da **CONTRATADA**.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e

forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor-Presidente
COMLURB

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor de Administração e Finanças
COMLURB

XXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS (nome e CPF):

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

COMLURB

Processo n.º 01/501.360/16 Fls:

Data: 26/02/2016

Rubrica:

RIO PREFEITURA

COMLURB

ANEXO III
PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO OU NÃO A LEI COMPLEMENTAR
nº 123 de 14/12/2006**

(nome/razão social) _____

Inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra **ou** que não se enquadra nos requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome do Órgão: _____

Ref. Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/_____

Declaro para os devidos fins que a empresa
_____, CNPJ n.º _____
_____ cumpre plenamente os requisitos de habilitação,
nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17.07.2002 e do Decreto nº
30.538 de 17.03.2009, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a
detentora da melhor proposta neste certame.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da empresa)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PROPRIETÁRIO - IMÓVEL

Declaramos para os fins de direito e para que se produza os devidos e legais efeitos na licitação por Pregão Eletrônico nº -----, que se objetiva a aquisição de -----, que a empresa -----, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº -----, localizada na -----, **NÃO É PROPRIETÁRIA** do imóvel onde:

- () Se localiza a sua sede.
- () Se localiza a filial no Município do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, ----- de ----- de -----.

Assinatura

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ILÍCITOS TRABALHISTAS

Nome do Órgão: _____

Ref. Licitação por Pregão Eletrônico nº ____/____

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27.10.99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da empresa)

OBS.:

- 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
- 2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.

ANEXO VIII**MODELO DA DECLARAÇÃO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001**

NOME DA EMPRESA

CNPJ

ENDEREÇO

Ref. Licitação por Pregão Eletrônico Nº ____/____

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos em nossos quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto "N" n.º 19.381/01.

Rio de Janeiro, de de .

ANEXO IX
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO X
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA